

Quero fazer um apelo ao presidente do Tribunal de Justiça. Com essa abertura de crédito suplementar, com essa suplementação orçamentária de 93 milhões e 109 mil reais, que ele possa fazer a chamada de mais escreventes, de pessoas que foram aprovadas. Já tive reuniões com ele no Tribunal de Justiça, conversas aqui, no Colégio de Líderes. Já fizemos audiências públicas na Assembleia Legislativa. A grande argumentação do Tribunal de Justiça era a falta de recursos. Agora tem o recurso, Sr. Presidente, 93 milhões e 109 mil reais. Então, faça um apelo ao nosso presidente do Tribunal de Justiça para que seja feita a chamada imediata dos aprovados nas várias regiões do Estado.

Isso é fundamental para que o Tribunal de Justiça possa funcionar com mais rapidez, porque faltam muitos funcionários. O déficit de funcionários é altíssimo no Tribunal de Justiça de São Paulo. Nós temos dados dizendo que esse déficit é de 15 mil funcionários. É muita gente. Os atuais servidores do Judiciário estão com uma sobrecarga imensa de trabalho, não estão dando conta, estão adoecendo por conta dessa sobrecarga de trabalho.

Portanto, quero fazer esse apelo ao Tribunal de Justiça, para que faça a imediata chamada agora que tem a verba, tem um crédito suplementar de 93 milhões.

Quero aqui, ainda na minha fala, pelo Art. 82, dizer que nós queremos aprovar os projetos de lei que nós tínhamos começado a debater antes do recesso e até antes da eleição também. Eu não sei por que a casa está parada. Já terminou a eleição para o Legislativo também. Então, nós teríamos que já estar debatendo e votando os projetos a todo o vapor. Temos prioridades aqui. Temos o PL 31, que proíbe o transporte de carga viva, de animais vivos em São Paulo, projeto importante e prioritário para todos nós, que pautou todo o debate aqui na Assembleia Legislativa praticamente durante todo o ano. Queremos votar imediatamente esse projeto. Queremos votar o PL 134/18, dos cirurgiões-dentistas, da carreira dos cirurgiões-dentistas, para que haja isonomia entre a carreira médica e a carreira dos dentistas. Esse projeto também já está pronto para ser votado. Existe um consenso e mesmo assim não foi pautado até agora. Então, esse é um dos projetos que nós queremos votar em caráter de extrema urgência. Temos também, logicamente, o PL 123, do Ipesp, da carteira previdenciária dos advogados e dos cartorários extrajudiciais. Esse é um projeto estratégico para nós e tem que ser votado também em regime de urgência. Temos o PLC nº 42/18, que trata da questão dos professores categoria “O”, que transforma a duzentena em quarentena até 2020, por dois anos, portanto. Sabemos que não é o ideal. Aliás, está longe de ser o ideal, longe de ser o que nós defendemos porque nós queremos a extinção da quarentena, da duzentena e da interrupção desse tipo de contrato que só tem penalizado os professores categoria “O”. Mas o projeto é do Executivo, fruto de uma mobilização da categoria, mas que ainda não é o ideal. Mas, nem assim o projeto foi aprovado ainda. Temos que aprovar o PL 42/18, em regime de extrema urgência.

Da mesma forma, temos outro que nós queremos debater, aprofundar e modificar, que é o projeto que transporta o lamspe numa autarquia especial. Mas, do jeito que esse projeto veio, ele é ruim. Vossa Excelência, que é médico, sabe disso. Esse projeto não resolve a situação do lamspe, sobretudo, penaliza os seus servidores.

Apresentei várias emendas, assim como outros colegas o fizeram, para melhorar esse projeto. Queremos debater, aprofundar a discussão e incorporar as emendas que contemplamos interesses dos servidores do lamspe, das associações. Afim nós podemos votar esse projeto. Mas ele tem que entrar na pauta. Vamos realizar audiências públicas aqui porque esse é um projeto fundamental que nós estamos debatendo. Temos o PL nº 788, que já falei aqui, da Jacira do MP, que também é um projeto importante para todos nós e muitos outros.

Sr. Presidente, não quero me alongar nesse sentido, mas faço aqui esse apelo aos deputados para que assim que voltarmos às sessões com votação que esse projetos sejam os prioritários. Temos também o projeto da enfermagem, que é o projeto das 30 horas da enfermagem que nós também queremos votar. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela vice-liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - É regimental. Para falar pelo Art. 82, pela vice-liderança da Minoria, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART.82 - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui fazer um registro importante. Eu recebi uma carta de 1964. Um achado, um documento histórico importante, uma carta assinada pelo grande deputado federal Plínio de Arruda Sampaio, que foi do Partido Democrata Cristão nos idos de 50, 60. Ele foi deputado federal constituinte. Foi eleito em 1986. Participou da elaboração da nossa Constituição. Ele foi o nosso candidato à Presidência da República pelo PSOL em 2010. Todo mundo conhece a importância do Plínio de Arruda Sampaio, que é um patrimônio ético da política brasileira.

Eu recebi uma carta. Foi encontrada uma carta dele por um aluno de uma universidade lá em Sorocaba, Sr. Presidente. Eu recebi essa carta e fiquei muito impressionado com a atualidade da carta do Plínio de Arruda Sampaio. Como a carta dele é profética, como ela se enquadra para este momento histórico que nós estamos vivendo.

A carta é de março de 64, de antes do golpe empresarial militar. O ambiente pré-golpe de 64 era muito semelhante ao que nós estamos vivendo exatamente neste momento.

Eu vou só ler alguns trechos da carta, ela é longa. Eu vou até pedir para que ela seja publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo, para que todos tenham acesso a esse documento.

É uma raridade esse documento, então, para que todos possam ler com mais calma, eu vou deixá-la à disposição. Já vou publicar na nossa rede social, logicamente, dando visibilidade. Já está na rede social do filho do Plínio, o Plininho, e foi a partir do Facebook dele que eu peguei a carta.

Ela é muito interessante, porque se encaixa perfeitamente para este momento que nós estamos vivendo. Eu vou ler só trechos.

“Certa imprensa tem insistido em me chamar de totalitário, inocente útil do comunismo extremista e etc. Montou-se neste País uma indústria rendosa, a indústria do anticomunismo. Os grandes milionários, as grandes empresas nacionais e estrangeiras, os latifundiários, enfim, todos aqueles que auferem, proferem da situação de miséria do povo, uniram-se contra os que se levantam para reparar essa injustiça.

Montaram uma enorme máquina publicitária, e descobriram que o melhor meio de defender seus privilégios é acusar todos os que querem combatê-los de comunistas, porque sabem que o povo brasileiro repudia o comunismo.

Usando esse expediente, o grupinho mínimo de privilegiados consegue a adesão de um grande número de pessoas bem intencionadas, trabalhadoras, honestas, vítimas do capitalismo, mas que não conhecem a realidade nacional, e não percebem que estão sendo usadas como biombo por esses exploradores. Desta forma, eles conseguem manter a situação atual, ruínoosa para a grande maioria do povo, mas benéfica para essa minoria, para eles, controlando os grandes meios de comunicação, rádio, imprensa e TV”.

Aqui ainda não tinha internet, não tinha ainda o Whatsapp. “Essa minoria mente, esconde fatos, inventa-os, calunia, difama, e não permite que o povo tome conhecimento da verdadeira situação do País, da exploração que sofre dos responsáveis reais pela miséria, pelas favelas, pelo analfabetismo, pela brutal carestia de vida.

Quem levanta a voz contra eles, quem ousa denunciá-los, quem apresenta projetos de lei visando limitar seus fabulosos lucros e distribuir a sua imensa riqueza, é logo taxado de comunista, e tanto repetem esta acusação nos jornais, rádios e TV, que muitos acreditam”.

Acrescentaria aqui hoje... O Plínio de Arruda acrescentaria aqui o Whatsapp também, as fake news. Com certeza ele diria isso.

“Eu, porém, não temo essa gente. Todos sabem que sou cristão e que, embora não faça praça disso para conseguir votos...”

Aqui é uma dura crítica. Sem ele perceber, já estava falando das bancadas fundamentalistas, que usam as igrejas para conseguir votos, instrumentalizam as igrejas como currais eleitorais. A famosa bancada da Bíblia, que de Bíblia não tem nada.

“Como alguns velhacos o fazem. Toda minha vida pública tem se pautado na defesa dos princípios sociais cristãos. Ora, nada mais distante do capitalismo imperialista e ateu do que a concepção cristã de vida. O cristianismo não tem, portanto, nenhum compromisso com a atual estrutura capitalista da sociedade brasileira.”

Então, ele faz uma crítica à desigualdade social e econômica produzida pelo capitalismo brasileiro, e é taxado de comunista. Plínio de Arruda nunca foi comunista, ele é um cristão, mas com uma visão progressista do cristianismo, de engajamento social.

Então, quero fazer esse registro importante em um momento histórico difícil como o que estamos vivendo, uma cruzilhada em que de um lado tem a civilização e, do outro, a barbárie. Bolsonaro representa isso, a barbárie, a ditadura, o autoritarismo, o nazifascismo, o machismo, a intolerância, a volta à ditadura.

Ele mesmo disse que quer voltar 50 anos ao passado. E disse mais ainda, disse, recentemente, em um comício em que ele entrou ao vivo na Paulista, domingo passado, que, se ele ganhar a eleição, vai mandar prender os opositores ou vai mandar para o exílio, porque a oposição não vai mais ter vez. É bem ditadura militar isso.

Mas a carta é profética. Viva o Plínio de Arruda Sampaio, que deu uma grande contribuição e continua dando. Ele deixou um grande legado e continuará brilhando para quem defende uma política ética e o combate às desigualdades sociais e econômicas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço a publicação da carta no Diário Oficial.

“Socializo a carta que meu pai enviou a seus eleitores em março de 1964. Ela foi descoberta por um ex-aluno, cujo pai foi coordenador do PDC na região de Sorocaba. Então, a mentira ganhou e a ditadura durou 21 anos.

Março de 1964

Prezado companheiro

Certa imprensa tem insistido em me chamar de “totalitário”, “inocente útil” do comunismo, extremista etc.

Visitando bairros e cidades, notei que até alguns companheiros meus foram abalados por essa propaganda.

Vamos, hoje, esclarecer este problema.

Montou-se neste País uma indústria rendosa: a indústria do anticomunismo. Os grandes milionários, as grandes empresas nacionais e estrangeiras, os latifundiários, enfim, todos aqueles que auferem proferem da situação de miséria do povo uniram-se contra os que se levantam para reparar essa injustiça. Montaram uma enorme máquina publicitária e descobriram que o melhor meio de defender seus privilégios é acusar todos os que querem combatê-los de comunistas, porque sabem que o povo brasileiro repudia o comunismo.

Usando esse expediente, o grupinho mínimo de privilegiados consegue a adesão de um grande número de pessoas, bem intencionadas, trabalhadoras, honestas, vítimas também do capitalismo, mas que não conhecem a realidade nacional e não percebem que estão sendo usadas como biombo por esses exploradores. Desta forma, eles conseguem manter a situação atual, ruínoosa para a grande maioria do povo, mas benéfica para eles.

Controlando os grandes meios de divulgação (rádio, imprensa e TV), essa minoria mente, esconde fatos, inventa-os, calunia, difama e não permite que o povo tome conhecimento da verdadeira situação do País, da exploração que sofre, dos responsáveis reais pela miséria, pelas favelas, pelo analfabetismo, pela brutal carestia da vida.

Quem levanta a voz contra eles, quem ousa denunciá-los, quem apresenta projetos de lei visando limitar seus fabulosos lucros e distribuir sua imensa riqueza, é logo taxado de comunista. E tanto repetem esta acusação nos jornais, rádios e TV, que muitos acreditam.

Eu, porém, não temo o arreganho dessa gente. Todos sabem que sou cristão e que, embora não faça praça disso para conseguir votos, como alguns velhacos o fazem, toda minha vida pública tem se pautado na defesa dos princípios sociais cristãos. Ora, nada mais distante do capitalismo imperialista e ateu do que a concepção cristã de vida. Segundo esta, todo homem é um ser espiritual, dotado de uma dignidade sobre-natural, que lhe vem da filiação divina. Logo, é inadmissível, para quem compreende o homem como filho de Deus, a permanência de uma ordem social na qual milhões de homens vivem em situação degradante, sem possibilidade de acesso sequer àquele mínimo de bens materiais indispensáveis à existência digna. O cristianismo não tem, portanto, nenhum compromisso com a atual estrutura capitalista da sociedade brasileira. Daí porque os cristãos autênticos estão ao lado das reformas de base. São elas que podem libertar nosso país do domínio econômico das nações mais ricas e libertar o povo das dificuldades que o esmagam.

Infelizmente nem todos os cristãos lutam por essas teses. Muitos chegam até a se juntar às forças contrárias ao povo, enganados que estão pela propaganda maciça dos reacionários.

Precisamente por causa dessa omissão dos cristãos, homens de várias ideologias, marxistas, socialistas, comunistas, democratas sinceros, lutam hoje, nas mais diversas entidades, C.G.T., UNE, Contag, F.M.P., F.P.N., por um programa comum de reformas, uma vez que os partidos fracassaram na tarefa de realizá-las.

Pergunto eu, então: porque não podemos nós, os cristãos, somar nossas forças nessa luta, atuando dentro dessas entidades, para vencer o inimigo comum: o capitalismo interno e internacional? Evidentemente, não se trata de uma fusão. Nem de uma aliança com os comunistas, mas da nossa presença em organismos representativos de grandes parcelas do povo e que, hoje, constituem a vanguarda popular do país, embora não se negue que nelas atue também uma minoria comunista. Não abrimos mão dos nossos princípios. Admitimos apenas uma convivência episódica com o objetivo de vencer um obstáculo imediato. Convivência esta que só existirá na medida e enquanto forem absolutamente respeitados os princípios cristãos. Afinal, Inglaterra e U.S.A. não se uniram à Rússia para combater o nazismo? Na Itália, o P.D.C. não se aliou ao Partido Socialista? A França não acaba de restabelecer relações com a China comu-

nista? Nesse momento, a tarefa dos cristãos não é a de perder tempo num anticomunismo estéril e histérico, mas a de lutar contra os trustes, os monopólios, os latifundiários, aceitando a colaboração de todos os que quiserem ajudar nessa luta.

Para os que nos acusarem de inocente úteis, temos uma resposta: estamos conscientes de que a nossa posição de convivência, hoje, nos obriga a redobrar esforços para não sermos tragados amanhã.

Mas, este esforço é precisamente a pregação da verdade, a luta contra as injustiças, a doutrinação acerca da mensagem cristã, a organização das nossas forças, a nossa sinceridade na defesa dos interesses do povo. Comunismo não se combate com cadeia, nem com a campanha histórica do Mac ou do Sr. Lacerda. Comunismo se combate eliminando as injustiças sociais, que são o seu fermento. Se agirmos dessa forma, por- que haveremos de crer que o povo, no fim, seguirá a eles e não a nós? Não acreditamos então na força das nossas ideias, no poder que elas têm de convencer?

Devo dizer que esta posição não é apenas minha. Muitos cristãos da mais alta autoridade a esposam. Outra não é a palavra de João XXIII na Pacem in Terris:

‘Os encontros nos vários setores da ordem temporal, entre católicos e pessoas que não tem fé em Cristo ou têm-na de modo errôneo, podem ser para estes ocisão ou estímulo para chegarem à verdade’. n. 158

Para não citar autoridades eclesiásticas, julgo suficiente lembrar o nome do Dr. Alceu Amoroso Lima. Quem lê os artigos deste líder católico verificará a concordância dele com posições que tenho assumido.

Penso que é de meu dever arrostar estas lutas e estas incompreensões. Não fui eleito para me acomodar, mas para exercer o meu mandato plenamente, votando de acordo com a minha consciência. E me diz que este é o caminho certo para o Brasil.

Os meus companheiros, aqueles que não acreditam nessas calúnias, os que estão solidários comigo, podem me ajudar muito nesta luta. Comunique-me imediatamente suas dúvidas acerca das minhas posições (responderei com o maior prazer). Procurem estudar e conhecer melhor a realidade do país. Organizem grupos de brasileiros, afinados com o sentimento da reforma, que se disponham a uma campanha de esclarecimento e de luta pela concretização delas.

Como esta carta está ficando muito longa, deixo para a próxima o relato acerca do problema do P.D.C., bem como acerca dos projetos de minha aatoria, em andamento na Câmara. Por hoje, basta dizer-lhe que é falso o noticiário dos jornais, no sentido do nosso ingresso no P.T.B. Estamos em luta com o Diretório Nacional, mas continuaremos no Partido, até se esgotarem todas as possibilidades de colocá-lo a serviço do povo brasileiro e fazê-lo fiel à mensagem democrata-cristã.

Um abraço

Plínio Sampaio

Deputado Federal”

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nobre deputado, esta Presidência recebe o documento de V. Exa. e o encaminhará à publicação após seu exame nos termos do Art. 18, inciso 5, do Regimento Interno.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 46 minutos.

* * *

26 DE OUTUBRO DE 2018 137ª SESSÃO ORDINÁRIA
Presidência: CORONEL TELHADA e CARLOS GIANNAZI Secretaria: CARLOS GIANNAZI
RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Cancela a sessão solene anteriormente convocada para as 20 horas do dia 5/11, em "Homenagem ao Corpo Musical da Polícia Militar do Estado de São Paulo", por solicitação do deputado Coronel Camilo.

2 - CARLOS GIANNAZI

Acusa a Justiça Eleitoral de atacar a autonomia de várias universidades federais, ao tomar medidas para impedir os alunos de realizar debates sobre temas políticos. Argumenta que tais eventos não ferem a lei eleitoral. Cita nota da Defensoria Pública da União, em defesa da liberdade universitária.

3 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Declara seu voto em Jair Bolsonaro, para a Presidência da República, e em João Doria, para o Governo do Estado de São Paulo. Lê e endossa texto acerca da disputa eleitoral, escrito por um general da reserva, favorável ao candidato do PSL e contrário ao PT.

5 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

6 - CARLOS GIANNAZI

Avalia que o destino do Brasil está em jogo nestas eleições. Opõe-se ao presidencialível Jair Bolsonaro, reprovando suas propostas na área da Educação. Afirma que o candidato, se vitorioso, prejudicará os direitos dos trabalhadores. Tece críticas a João Doria, candidato ao governo estadual.

7 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CARLOS GIANNAZI – PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Srs. Deputadas, Sras. Deputados, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Coronel Camilo cancela a sessão solene convocada para o próximo dia 5 de novembro de 2018, às 20 horas, com a finalidade de homenagear o Corpo Musical da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dando início ao Pequeno Expediente, esta Presidência vai chamar apenas os deputados que se encontram em plenário. Como sempre, o deputado Carlos Giannazi e eu. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, quero manifestar meu total repúdio e minha total indignação com o que está acontecendo no Brasil: a Justiça Eleitoral, juntamente com a Polícia Federal, está praticamente fazendo censura em pelo menos 30 universidades. Trinta universidades foram violentadas em seu direito à livre manifestação, em seu direito constitucional à autonomia universitária.

O que está acontecendo: universidades que estão debatendo o fascismo, o nazismo, estão sendo reprimidas, estão sendo visitadas por diligências do TSE e pela própria polícia, inclusive com ameaças aos reitores.

O diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro está sendo ameaçado de prisão, caso não retire uma faixa que foi colocada pelos alunos contra o fascismo. Nessa faixa, não tem o número de campanha, nem do Haddad, nem do Bolsonaro. Existe esse debate permanente na sociedade brasileira e no mundo, de alerta à sociedade contra o fascismo, o nazismo e o autoritarismo.

Isso tem a ver com nossa Constituição Federal, até porque defender o fascismo é crime. O fascismo é contra a democracia. Quero saber como o Tribunal Superior Eleitoral resolve isso. Se ele está dizendo que não pode debater o fascismo nas universidades públicas brasileiras e nos institutos federais de educação, pois isso estaria beneficiando um candidato e prejudicando outro, que basicamente defende o fascismo, então... E o fascismo é crime. Defender o fascismo no Brasil é crime, pois viola a segurança nacional e os princípios democráticos que estão consolidados na Constituição Federal.

Isso é tão real que eu trouxe aqui hoje uma recomendação administrativa da Defensoria Pública da União. Foi feita agora, por conta desse escândalo nacional, que é a tentativa de já instalar o estado autoritário no Brasil, remetendo-nos aos anos de chumbo da Ditadura Militar ou aos anos da ditadura Vargas, do Estado Novo.

Nós já tivemos duas grandes ditaduras no Brasil: a ditadura do Estado Novo e a ditadura empresarial-militar. Naquele momento, os militares estavam sendo instrumentalizados, estavam a serviço do capital, do poder econômico. Era um golpe de classe, contra os trabalhadores. As Forças Armadas foram instrumentalizadas, embora tivessem um projeto de poder por meio de sua doutrina de segurança nacional, da ideologia de segurança nacional. Porém, na prática, elas se colocaram a serviço das elites econômicas do Brasil e de fora do Brasil. Isso já é conhecido por todos nós.

Agora, esse documento é uma recomendação para as universidades, garantindo a autonomia e a liberdade de expressão e se contrapondo a essa atitude lamentável do Tribunal Superior Eleitoral de reprimir, de censurar, de colocar mordça.

Na verdade, o que eles estão fazendo é o “Escola sem Partido”. O Bolsonaro ainda nem foi eleito e eles já estão se antecipando, sendo mais realistas do que o rei. Pelo jeito, a Justiça vai mesmo se curvar a um possível - espero que não - governo do Bolsonaro. A Justiça sempre fica do lado dos governos autoritários, inclusive o Supremo Tribunal Federal. É isso que vai acontecer no Brasil, pelo menos no primeiro momento. Depois eles também serão cassados - esses juizes, esse pessoal da Magistratura vão sofrer muito -, e eles começam, num determinado momento, a mudar de lado. Mas já pode ser muito tarde quando isso acontecer.

Sr. Presidente, quero repudiar veementemente essa atitude de perseguição, de afronta à Constituição, de afronta à autonomia universitária, de afronta à democracia que está sendo patrocinada nesse momento pelo TSE e pela Polícia Federal. Eles estão instalando no Brasil o estado autoritário até antes do presidente neofascista, do presidente da morte assumir. Ele nem foi eleito ainda, tomara que não. Tomara que o povo brasileiro seja sábio.

Acabou de sair uma matéria na “Folha de S. Paulo” dizendo que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes - que nós não temos nenhuma simpatia, mas até ele -, está criticando essa atitude, dizendo que tem de ter cautela com isso. É porque é uma situação muito grave.

A OAB do Rio de Janeiro já se manifestou, e espero que todas as OABs regionais façam manifestações contra esse ataque ao estado democrático de direito; que a OAB nacional faça o mesmo, que todas as instituições brasileiras se coloquem contra esse ataque brutal à liberdade de expressão, à autonomia universitária e à tentativa de instalar um estado já autoritário e policiaesco no Brasil. Isso é muito grave.

Quero conclarar a todas as pessoas: coloquem faixas nas suas residências, nos seus carros, de luta contra o fascismo. Lutar contra o fascismo é uma obrigação de todos nós, e no fascismo não tem democracia: é contra a ordem democrática, é contra a ordem social.

Nós conhecemos o fascismo e o nazifascismo, inclusive, que aconteceu nas décadas de 20, 30 e 40 na Europa, na Itália, na Alemanha e na Espanha. A história nos mostra isso o tempo todo, é só ter o mínimo de conhecimento histórico para saber o que é fascismo, o que é nazismo, que foi Hitler, e o que aconteceu com a Alemanha. E eles querem reproduzir tudo isso de novo no Brasil, em pleno século vinte e um. Temos de nos rebelar contra isso colocando faixas contra o fascismo em todos os lugares do Brasil. Eu quero ver se o Tribunal Superior Eleitoral vai cassar o povo brasileiro que luta contra o fascismo. Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu gostaria que esse documento da Defensoria Pública da União fosse publicado no Diário Oficial.

Passo a ler o documento:

”RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº 04/2018 (Processo 08175.001373/2018-45)

Aos Reitores e Diretores de Instituições de Ensino Superior, A DEFFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida constitucionalmente, enquanto expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, da orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa em todos os graus dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV e 134 da CF/88, por meio dos titulares de seus Ofícios de Direitos Humanos e Tutela Coletiva abaixo assinados, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 4º, incisos II, X e XI da Lei Complementar nº 80/94, e CONSIDERANDO que a liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado pelo art. 5º, IX da Constituição da República Federativa do Brasil, e reconhecido na Declaração